

# APRESENTAÇÃO

Até os anos 1970, tinha-se a expectativa de que a sociedade do trabalho avançaria para incorporar contingentes cada vez maiores de trabalhadores na esfera dos direitos. As ideias de Keynes associadas ao fordismo e ao movimento operário em ascensão fundaram o Estado do Bem-Estar Social. Mesmo nos países periféricos, como o Brasil, assistia-se ao desenvolvimento de um padrão de industrialização que abria as portas para a formalização no trabalho, ampliando o conjunto da proteção social. A expectativa de que a relação capital versus trabalho se equilibrasse e a balança pendesse para o lado dos trabalhadores com a expansão de direitos, entretanto, não se confirmou.

Pelo contrário, a partir dessa década assiste-se a três movimentos simultâneos que passaram a reconfigurar radicalmente a sociedade do trabalho. O primeiro deles, de ordem política, diz respeito à reversão do Estado de Bem-Estar Social. O capital, secundado pelo Estado aparelhado pela ideologia neoliberal, passa a ser determinante na desregulação da legislação protetiva do trabalho. Cada vez mais as empresas passam a contar com uma legislação que permite ajustar sua produção, emprego, salário, jornada laboral e condições de trabalho em função das flutuações da economia. O segundo fator da desestruturação da sociedade salarial é a evolução das forças produtivas, particularmente a Revolução Informacional/Tecnológica ou Terceira Revolução Industrial. Ao contrário das revoluções produtivas anteriores, essa revolução não requer mais o trabalho de todos, mas a crescente dispensa de postos de trabalho, particularmente na indústria, e amplia o crescimento da informalidade no setor de serviços, com ocupações majoritariamente precárias. A sociedade homogênea do trabalho fordista cedeu lugar a uma crescente instabilidade na qual se instala a precariedade, intermitência, flexibilização de direitos e ganhos reduzidos. Finalmente, o terceiro movimento que corrói a sociedade do trabalho é a crescente supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo. As grandes corporações empresariais do capital respondem sempre e cada vez mais aos interesses de investidores e acionistas. O dinheiro que antes voltava parcialmente para a sociedade via assalariamento e geração de novos postos de trabalho é transferido para o mercado financeiro.

Esses movimentos se intensificaram ainda mais neste início de século. O que já não era favorável aos trabalhadores piorou. O regime de acumulação flexível dobrou a sua aposta. O movimento da desregulação de direitos não se interrompeu, ao contrário: foi ampliado. E a chegada da Revolução 4.0, hegemônica pelo capital financeiro, elevou os padrões de acumulação e concentração de renda. As empresas que comandam o novo capitalismo são as empresas de plataforma. Agora se fala em capitalismo de plataforma. O mesmo engoliu o capitalismo industrial e fusionou-se com o capital financeiro. Do outro lado, restou o que se denomina de “plataformização do trabalho”, o qual, em sua versão mais radicalizada - a “uberização do trabalho” -, manifesta uma condição laboral em que

a única regra é a ausência de regras. O trabalhador uberizado é o novo protótipo desejado pelo capital: sem direitos, sem sindicatos, sem salários pré-definidos, sem jornada de trabalho padronizada e seduzido pela ideologia do empreendedorismo.

Com o propósito de entender, refletir e problematizar sobre esta nova realidade do mundo do trabalho, o presente dossiê reuniu um conjunto de sete artigos e duas entrevistas que abordam o capitalismo de plataforma e a uberização do trabalho. Em comum, os artigos e as entrevistas sinalizam para regressões nas condições de trabalho neste novo estágio do capitalismo mundial. Como efeitos deletérios, percebem-se a perda de direitos, a ampliação da jornada de trabalho e novos dispositivos de controle sobre a vida dos trabalhadores. Tudo isso embalado pela ideologia do empreendedorismo, que complexifica a decifração desta nova realidade e aponta para novos desafios organizativos para a classe trabalhadora.

No conteúdo que abre o dossiê, temos o artigo intitulado “A ideologia do Vale do Silício e o trabalho platformizado” de Ana Patrícia Dias Sales e Cesar Sanson, ambos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, junto com Francisco José Lima Sales, professor da Universidade Federal do Semiárido – UFERSA. No artigo, os professores destacam o protagonismo do Vale do Silício como o locus que concentrou as bases do desenvolvimento da Revolução Informacional que deu origem ao capitalismo de plataforma. Esta região, entretanto, apontam os pesquisadores, mais do que fecunda na irrupção de novas tecnologias, foi responsável por conferir amplitude à ideologia do empreendedorismo. Partindo destes apontamentos e tendo como referência uma pesquisa de campo realizada entre entregadores na cidade de Natal/RN, o artigo procura responder se os valores do Vale do Silício encontraram receptividade entre os trabalhadores.

Dando continuidade aos artigos de análise das profundas mudanças na sociedade do trabalho, Iuri Tonelo, sociólogo e atualmente professor substituto na Universidade Federal do Pernambuco - UFPE, em seu texto “Trabalho produtivo, improdutivo e fragmentação laboral na era da inteligência artificial”, afirma que está em curso uma “nova reestruturação produtiva”, destacando que as mudanças substantivas no capitalismo neste momento são distintas do período anterior e exigem uma atualização das categorias marxianas. Particularmente, os conceitos “produtivo” e “improdutivo” de Marx, segundo o autor, precisam ser ressignificados, considerando-se que, na nova dinâmica do capitalismo concentrado nos serviços, a dicotomia “produtivo x improdutivo” não mais dá conta da complexidade do capital nos dias de hoje. Ancorado em Marx e revisando a literatura marxiana, sugere que a platformização, uberização e amazonificação do trabalho utilizando-se da Inteligência Artificial resultou no que o autor denomina de “produtivização” do que antes se apresentava como “improdutivo”. Nesta transmutação do improdutivo que se torna produtivo reside um dos polos mais dinâmicos da extração de mais-valor, destaca Tonelo.

Na mesma perspectiva de retomada da literatura marxista do artigo anterior, Hiago Trindade, em seu artigo “Subsunção real do trabalho ao capital e pauperização absoluta: para entender o precariado”, aborda o avanço do trabalho em plataformas digitais e como as mesmas potencializam a precarização do trabalho e a subsunção real dos trabalhadores. O artigo é uma contribuição para a compreensão de como se processa atualmente o trabalho heterônomo, tendo como referência a literatura marxiana.

Na sequência, o dossiê apresenta dois artigos que discutem o fenômeno da plataformação do trabalho balizados por pesquisas de campo. O primeiro deles, de Martín Andrés Moreira Zamora, economista e professor na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, destaca a organização de trabalhadores de aplicativos – motoristas e entregadores – em Porto Alegre/RS. Intitulado “Motoristas e Entregadores em Luta Contra a Uberização: O Caso do Coletivo Independente de Trabalhadores em APPS (CITA)” e valendo-se dos conceitos de “regime hegemônico” e “regime de despotismo hegemônico” de Burawoy, o artigo contextualiza a emergência da produção de consentimento e de resistência na uberização do trabalho, destacando as ações coletivas – local e globalmente – por parte de um grupo de trabalhadores organizados em torno do Coletivo Independente de Trabalhadores em APPS (CITA). Com o mesmo propósito, Lia Renata Costa Gomes, docente no Centro Universitário Santa Terezinha – CEST/MA, no artigo “Na rota da transformação: analisando a uberização do trabalho de motoristas por aplicativo em São Luís/ MA”, investiga o impacto das plataformas digitais no ambiente de trabalho de motoristas vinculados às empresas/plataformas Uber e Pop 99 em São Luís/MA. Utilizando-se da observação direta e de entrevistas com motoristas por aplicativos, a autora demonstra que a uberização é uma realidade impulsionada pelo capitalismo digital, reconfigurando dinâmicas laborais, individualizando o trabalho e minando a coesão social. O resultado aponta para um processo de flexibilização mais acentuado nas relações de trabalho, caracterizado pela ausência de garantias e seguridade social.

Concluindo a série de artigos, integram ainda o dossiê dois estudos de revisão de literatura, tendo como pano de fundo o trabalho em plataformas. No primeiro deles, “O perfil da produção científica sobre os entregadores por aplicativos digitais no Nordeste”, de Mario Henrique Guedes Ladosky, Marcia de Lima Pereira Couto e Luiza Dantas de Souza Lima Teixeira (professores da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG), é apresentado um mapeamento da produção bibliográfica sobre a modalidade de trabalho de entregadores de aplicativos na região Nordeste. Precedem o levantamento quantitativo dos estudos, duas seções de análise: a caracterização do trabalho por plataformas e as características específicas do mercado de trabalho do nordestino. Acerca do levantamento da produção de monografias, dissertações, teses e artigos científicos, o artigo sinaliza que estudos sobre trabalhadores entregadores de aplicativos têm mobilizado o interesse da academia desde 2021 e em mais de uma área, com destaque para a produção nos campos da sociologia, economia e direito. A revisão da literatura feita pelos autores, embora não tenha tido como objetivo a análise qualitativa, indica que a produção científica sobre entregadores dos aplicativos digitais no Nordeste tem destacado um quadro de depreciação das condições laborais desses trabalhadores. O segundo texto, que tem como propósito a revisão de artigos, é de Paulo de Moraes, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Este, entretanto, distinto do anterior, realiza um levantamento da produção científica sobre os influenciadores digitais. Utilizando de um recorte de produções no período de 2018 a 2022, o autor chega à conclusão de que há uma mistificação da ideia do empreendedorismo e de suas promessas de liberdade e autonomia no trabalho dos influencers, revelando, que, na verdade, trata-se de trabalho precário, atravessado por muito sofrimento.

Além dos artigos mencionados, neste número da Cronos, incluímos, também, duas entrevistas. Uma delas com Roberto Véras de Oliveira, professor da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Referenciado como um dos principais estudiosos da sociedade do trabalho no Brasil, Véras analisa as bases estruturantes do capitalismo de plataforma, as suas principais características e as suas inflexões nas novas formas de organização do trabalho. O sociólogo assinala que a plataformização do trabalho dá origem ao que se denomina hoje, nas áreas da sociologia, do direito e da economia, como uberização do trabalho, destacando os seus efeitos regressivos para a vida dos trabalhadores. A outra é com Alexandre Silva dos Santos, entregador de aplicativos em Florianópolis desde 2017, entrevistado pelos professores Cesar Sanson, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e Marcos Antônio da Silva, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Alexandre é integrante da Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativos (ANEA), que representa os trabalhadores no Grupo de Trabalho junto ao Ministério da pasta que debate a regulação do trabalho desta categoria, e dirigente do Sindicato dos Motoboys de Santa Catarina – Sindmoto/SC e da Associação de Motoboys de Santa Catarina - Motasso/SC. Na entrevista, Alexandre Silva dos Santos narra sua trajetória de vida, assim como relata como se dá o processo de organização dos entregadores de aplicativos e aborda os desafios enfrentados pela categoria.

Espera-se, assim, que este dossiê possa contribuir para que as leitoras e leitores ganhem uma maior compreensão das principais características do capitalismo de plataforma e reflitam sobre suas inflexões no mundo do trabalho contemporâneo.

Ana Patrícia Dias Sales<sup>1</sup>  
Cesar Sanson<sup>2</sup>

---

1 Doutora em Sociologia. Professora do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6070-884X>. E-mail: [ana.patricia.sales@ufrn.br](mailto:ana.patricia.sales@ufrn.br)

2 Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do grupo de pesquisa "Nexos da Uberização". ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1275-0418>. E-mail: [cesarsanson@gmail.com](mailto:cesarsanson@gmail.com)